

Pilares fundamentais para garantir um Novo Ensino Médio de Qualidade

Como organização dedicada a garantir os direitos de aprendizagem de crianças e jovens, estamos acompanhando atentamente as discussões fomentadas pela consulta pública lançada pelo Ministério da Educação sobre o Novo Ensino Médio, que se encerraria no dia 6 de junho, mas foi [adiada por 30 dias e segue até 6 de julho](#). Sabemos que a implementação da nova estrutura é desafiadora e que há muitos ajustes a serem feitos para garantir que não haja aumento das desigualdades. Contudo, consideramos que a proposta tem potencial para responder a algumas demandas fundamentais para a etapa, como oferecer ao jovem uma escola mais conectada com seu tempo e seus interesses, mais protagonismo no seu processo de aprendizagem, contemplar uma formação integral e preparar para o prosseguimento dos estudos e para o mundo do trabalho. Queremos contribuir com o debate, apontando os pilares que, para nós, são fundamentais na nova estrutura e devem ser mantidos:

1. Garantir as aprendizagens essenciais - indicar o que é comum e indispensável ao desenvolvimento integral dos jovens tendo como referência a BNCC
2. Dar escolhas - flexibilizar para tornar a aprendizagem mais interessante e significativa
3. Aumentar o tempo na escola - a ampliação da jornada para uma formação mais completa
4. Preparar para o mundo do trabalho - Educação Profissional e Tecnológica articulada ao Ensino Médio

[Detalhamos nosso posicionamento sobre cada um desses pilares aqui](#)

Todos pela Educação lança nota técnica com propostas para o Novo Ensino Médio

No dia 18, o Todos pela Educação apresentou ao Ministério da Educação uma nota técnica que propõe ajustes substanciais na forma como o Novo Ensino Médio vem sendo implementado. Entre eles:

- a redução drástica na permissão do uso da modalidade EaD;
- a substituição do teto de 1.800 horas para a Formação Geral Básica (FGB) por dois pisos: um de 2.100 horas para FGB e outro de 600 horas para os Itinerários Formativos;
- novas orientações nacionais para a construção de itinerários formativos, além do estabelecimento de uma base comum, que seja referência para a elaboração dos mesmos e

- novo cronograma de implementação das mudanças, com Enem totalmente adaptado em 2027.

As recomendações apresentadas no documento são frutos de “estudos detalhados das normativas e de rodadas de escuta com especialistas, secretários estaduais de Educação e, sobretudo, com profissionais da Educação atuantes na etapa do Ensino Médio.” O Todos pela Educação é contra a revogação do novo modelo, e reforçou, no texto, alguns princípios que devem ser mantidos, entre eles:

- expansão da carga horária;
- nova arquitetura curricular, com os “itinerários formativos”, para tornar a experiência mais atrativa;
- maior integração da formação técnica e profissional com o Ensino Médio regular.

O Movimento pela Base compartilha dos princípios acima, que em nossa visão devem ser mantidos no novo modelo. A nota técnica do Todos pela Educação pode ser lida na íntegra [aqui](#) e em versão resumida, [aqui](#).

Estudo alerta para a importância da recomposição das aprendizagens na Educação Infantil

A interrupção das atividades presenciais durante a pandemia impactou o desenvolvimento das aprendizagens e desenvolvimento na Educação Infantil e aumentou as desigualdades educacionais ao longo dos anos de 2020 e 2021. Esses são os principais achados do estudo “*Aprendizagem na Educação Infantil e Pandemia: um estudo em Sobral/CE*”, conduzido pelo Laboratório de Pesquisa em Oportunidades Educacionais (LaPOpE/UFRJ), em parceria com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. A ideia foi comparar grupos de crianças que vivenciaram o atendimento presencial com grupos que vivenciaram atividades remotas, analisando os impactos do distanciamento de creches e escolas a partir de quatro dimensões: aprendizagem, desenvolvimento socioemocional, aptidão física e saúde mental.

As conclusões alertam para a necessidade de um bom diagnóstico sobre os efeitos da pandemia e um plano de recuperação que considere um intervalo de dois a três anos para mitigar seus efeitos na aprendizagem. Para o Movimento pela Base, a recomposição das aprendizagens na Educação Básica deve ser pauta prioritária e contínua para garantir os direitos e o desenvolvimento pleno de crianças e jovens. É preciso que esse processo seja pensado de forma estruturada, consistente e estratégica, a partir de um bom diagnóstico das defasagens, maciço apoio técnico e financeiro por parte do governo federal e com a mobilização de toda a comunidade escolar. Este foi o tema da transmissão ao vivo realizada pelo Movimento pela Base em maio: conheça mais detalhes da pesquisa e a experiência em recomposição das aprendizagens em Sobral [neste link](#).

Inep e MEC divulgam resultados da pesquisa Alfabetiza Brasil

743 pontos no Saeb - esse é o patamar mínimo para uma criança ser considerada alfabetizada. A nota de corte é resultado dos insumos levantados pela pesquisa *Alfabetiza Brasil*, cujos resultados foram divulgados no dia 31 de maio pelo Ministério da Educação e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep). O grande objetivo da pesquisa foi chegar a um consenso sobre o que é uma criança alfabetizada, considerando a extensão e a multiculturalidade do nosso país. Para isso, foram ouvidos 341 professores do 2º ano do Ensino Fundamental das cinco regiões do Brasil na primeira etapa do estudo e consultados 20 especialistas em educação na segunda etapa. A BNCC foi a referência para definir os critérios para acompanhar o processo de alfabetização e definir a nota de corte no Saeb. É extremamente relevante que as habilidades indicadas na BNCC, que antecipou a conclusão do processo de alfabetização do 3º para o 2º ano do Ensino Fundamental, sejam a referência para um estudo tão importante e a base para formular políticas públicas relacionadas à alfabetização no país. [Saiba mais aqui.](#)

MEC lança programa para fomentar Educação em tempo integral

No dia 11 de maio, o Ministério da Educação lançou o *Programa Escola em Tempo Integral*, que engloba um conjunto de estratégias para ampliar o número de instituições que oferecem carga horária igual ou superior a 35 horas semanais. A ideia é alcançar a meta do Plano Nacional de Educação que almeja ampliar o tempo de permanência em 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos (as) alunos (as) da Educação Básica. Em 2021, a porcentagem de Escolas em Tempo Integral era de 22,4%. De acordo com o texto, a oferta da educação em tempo integral, que consiste em oferecer 35 horas semanais ou mais, tem por objetivo: “a perspectiva do desenvolvimento e formação integral de bebês, crianças e adolescentes a partir de um currículo intencional e integrado, que amplia e articula diferentes experiências educativas, sociais, culturais e esportivas em espaços dentro e fora da escola com a participação da comunidade escolar.” Para nós, a iniciativa é importante para consolidar a proposta de educação integral presente na BNCC e ampliar a oportunidade de conhecimento e aprendizagem de crianças e jovens.